



JORNAL DA **REDE OBLATA**

Informativo da Rede de Pastoral Oblata  
EDIÇÃO Nº 13 - ANO 4 - Novembro|2015

# 16 DIAS de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres

A Rede de Pastoral Oblata, vinculada ao Instituto das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, se une à Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência de Gênero em prol dos Direitos Humanos das Mulheres.

Desde 1991 a data vem sendo comemorada, atualmente com adesão de 160 países. Com início no dia 20/11 (Dia Nacional da Consciência Negra); passando pelo 25/11 (Dia Internacional de Não Violência contra a Mulher); 01/12 (Dia Mundial de Combate à AIDS); 06/12 (Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, e fechando com o dia 10/12 (Dia Internacional dos Direitos Humanos). Uma vida sem violências é um direito das mulheres.

**CONFIRA NESTA EDIÇÃO**

VIOLENCIA CONTRA A MULHER,  
**PROSTITUIÇÃO  
E FEMINICÍDIO**

**01 de Dezembro**  
Dia Internacional  
da Luta contra a  
**AIDS**



A realidade das  
**MULHERES NEGRAS  
E A PROSTITUIÇÃO**



# A realidade das MULHERES NEGRAS E A PROSTITUIÇÃO

Por Ana Paula Santos

Pastoral da Mulher de Juazeiro

**E**m 20 de novembro, é comemorado o Dia Nacional da Consciência Negra. Este foi instituído oficialmente em 2011 e desde então, tem possibilitado além da promoção do resgate histórico, espaços de reflexões sobre a realidade e condição do povo negro no Brasil. Apesar dessa conquista, notamos que em termos de progressos referentes à luta antirracista, ainda temos muito que avançar, onde nos deparamos com sérios problemas sociais, dentre estes, as dificuldades para o acesso e garantia de direitos, com constantes situações de preconceitos e discriminações. E, partindo dessas afirmativas buscarei apresentar no presente texto certos aspectos que dizem respeito à realidade das mulheres em situação de prostituição, atendidas pela Pastoral da Mulher, especialmente na cidade de Juazeiro-BA, onde a maior parte é negra, em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

Na pesquisa realizada pela Pastoral com 120 mulheres, no período de Junho a Julho de 2013, em entrevistas individuais e em grupos focais, com a utilização de um questionário, com respostas pré-definidas e também abertas, constatou-se que dentre os motivos que as levaram a exercer a prostituição, se destacaram: necessidades e falta de condições financeiras; não arrumaram emprego; incentivo de outras pessoas (mãe, tia, padrasto, marido, amigas); desprezo da família. Esses dados confirmam que existem diversas razões que sugerem as causas que podem

***Muitas mulheres negras estariam...  
predestinadas a adentrar ao universo  
da marginalidade social e da prostituição.***

influenciar no envolvimento de uma pessoa para o exercício da prostituição.

Vale salientar que não se pode atribuir o fator econômico como único motivo que favorece a adentrada na prostituição. Além deste, estão presentes diferentes elementos, que podem estar associados às questões subjetivas, de violência e outros. Por essa razão, analisar o contexto da prostituição é, portanto, uma tarefa que requer uma observação minuciosa, que provavelmente poderá indicar uma imbricação de facetas referentes à condição de vida das pessoas envolvidas no referido contexto.

Para abordar tal realidade, é pertinente destacar um pouco da trajetória histórica do povo brasileiro, onde ao se observar a situação das mulheres negras, se constata que a relação com os corpos dessas mulheres, negras e escravas, era muitas das vezes, associados para atender às demandas sexuais dos homens, seus senhores, "cumprindo com funções reprodutivas".

Nos séculos XVIII e XIX surgem ainda comparativos e oposições entre a sexualidade da mulher negra e a sexualidade da mulher branca, quando alguns discursos científicos fizeram juízo de valor acerca da sexualidade da mulher negra. Alguns cientistas e

especialistas da época, como Cesare Lombroso, criminalista italiano do século XIX, identificava o corpo das mulheres negras como prova ou características que indicassem à delinquência, prostituição e concubinato.

Dessa forma, muitas mulheres negras estariam desde então, predestinadas a adentrar ao universo da marginalidade social e da prostituição.

Para Viveiros, 2008:

*As mulheres negras têm sido vítimas do duplo aspecto, sexual e conjugal, do estereótipo que existe sobre elas com base em uma suposta disponibilidade e desenfreamento sexual e como mulheres cuja sexualidade não envolve consequências conjugais, já que, segundo o senso comum, as mulheres negras não se casam, mas se unem. (p.253)*

Essas afirmativas causam repercussões ainda na atualidade e analisando o processo histórico do Brasil, se observa que os estereótipos sobre a sexualidade das mulheres negras tem se perpetuado, ficando em proeminência a concepção preconceituosa referente aos seus corpos, que enfatiza o estereotípico da

*Pensar na realidade e condição das mulheres acompanhadas pela Pastoral, que em sua maioria é negra, requer uma atenção especial.*



sexualidade exacerbada, ou seja, acentuada na sensualidade e erotismo. Afirmativas do texto “Desigualdades entrecruzadas: estereótipos e hierarquias de raça, gênero e sexualidade” destacam que:

*“...devido ao imaginário erótico que o corpo da mulher negra representava, era visto como perigoso, já que, por um lado, ele era concebido como um potencial transmissor de doenças venéreas aos brancos... (p.94)*

As afirmativas evidenciam além dos estereótipos sexuais sobre a mulher negra, o estigma, lhe atribuindo toda a responsabilidade de transmissões das doenças sexualmente transmissíveis, reforçando um imaginário machista e responsabilizando mais uma vez a mulher sobre a questão preventiva, atitude que ao longo dos anos, necessitaria ocorrer de maneira conjunta, entre o homem e a mulher.

Outro aspecto preocupante se

refere às situações de desigualdades sociais, onde uma considerável parcela da população negra ainda encontra sérias dificuldades de inserção. E quando nos referimos à situação das mulheres, o quadro se agrava ainda mais. Transportando essas situações para o público atendido pela Pastoral em Juazeiro, constatamos que a problemática não se difere. A partir das ações realizadas junto às mulheres, temos presenciado diversos relatos e situações que confirmam ocorrências de preconceitos, onde em certas ocasiões, tal estigma social termina por idealizá-las como mulheres “fáceis”, que cedem a propostas sexuais sem grandes exigências, e por essa razão se encontram em situação de prostituição. O mais agravante é perceber que muitas delas atribuem para si toda a responsabilidade por se encontrarem nessa condição. Esses são alguns dos desafios a se enfrentar, onde conforme afirma Patrícia Mattos,

*“... ao contrário do que pretende as abordagens*

*“politicamente corretas” a profissão de prostituta não é, na maioria dos casos, uma escolha propriamente dita dessas mulheres. Essa escolha é apenas aparente, constitui-se, na verdade, em uma escolha “pré-escolhida”, a partir de alternativas definidas pelo contexto de vulnerabilidade e precariedade de seu universo familiar e social”.*

Dessa forma, pensar na realidade e condição das mulheres acompanhadas pela Pastoral, que em sua maioria é negra, requer uma atenção especial para identificar além da cor da pele, os demais elementos que se encontram entrelaçados e que vem se perpetuando ao longo do processo histórico do nosso país.

Precisamos seguir avante, lutando e comemorando cada conquista; do mesmo modo acreditando na transformação da realidade, até que um dado momento histórico se possa de fato ter condições de igualdade para todos/as sem distinção.

#### REFERÊNCIAS:

Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça| GPP- Módulo 2: Políticas Públicas e Gênero. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas Públicas para mulheres, 2010.  
MATTOS, Patrícia. A Ralé Brasileira: A Dor e o Estigma da Puta Pobre. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.  
MULHER, Pastoral da. Desconstruindo preconceitos, construindo cidadania: Diagnóstico das mulheres em situação de prostituição na cidade de Juazeiro-BA. 2003.



# VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, PROSTITUIÇÃO E FEMINICÍDIO

Por **Lucinete Santos**

Educadora Social - Pastoral da Mulher - BH

O dia 25 de novembro, Dia Internacional de Não Violência contra a Mulher, tornou-se uma data significativa em cenário nacional e internacional, na luta e conquista dos direitos humanos das mulheres. A violência contra a mulher, também entendida como violência de gênero, começa a ser refletida na década de 70 através dos Movimentos Feministas que passam a denunciar a relação desigual, onde a mulher acaba sendo o alvo principal da violência.

A violência de gênero se baseia na relação de poder e dominação do homem, que por razões estruturais, históricas e sociais se sente no direito de “dominar, oprimir e controlar” a mulher, categoria considerada inferior no sistema patriarcal no qual fomos disciplinados/as. Fundamentados em alicerces patriarcais e machistas, a violência contra a mulher na história sempre foi naturalizada, ganhando formas no imaginário social e cultural do povo.

Sabemos que a violência contra a mulher ultrapassa os parâmetros de classe social, nível de escolaridade, raça/cor ou etnia, porém Angélica Basthi<sup>1</sup> relata que em alguns estados brasileiros as mulheres negras são maioria entre as vítimas de assassinato por razão de gênero. Como ressalta a autora: “Existem ainda poucos registros ou estudos com diagnósticos sobre a violência doméstica com recortes de raça/cor e etnia. Supõe-se que, em razão da

perversa combinação de racismo, sexismo e etnocentrismo, as mulheres negras e indígenas podem estar em condição de maior vulnerabilidade a esse tipo de violência de gênero”. Basthi aponta ainda a existência de “um número invisível de casos de estupro, incesto e pedofilia – nem sempre denunciados – que ocorrem em famílias de alto poder aquisitivo”. A seguir destacamos um pouco esse círculo de violência perpassados pelos viés Dominação x Submissão:

## **Dominação**

Homem | Homem branco  
Mulher branca | Ricos

## **Submissão**

Mulher | Homem negro  
Mulher negra/indígena | Pobres

Foi um caminho de estudo, reflexão e lutas, que no ano de 1994 foi aprovada a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, instrumento também conhecido como “Convenção de Belém do Pará”. Apesar dos esforços realizados a nível legal, a violência contra a mulher persiste e aumenta, causando na maioria das vezes o feminicídio. O termo Homicídio de mulheres passa a se chamar Femicídio/Feminicídio, terminologia que melhor evidencia a realidade crescente de assassinatos de mulheres por razão de gênero. A expressão femicídio foi usada pela primeira vez em 1976

no Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, porém foi em 1992 que Diana Russell e Jill Radford a empregou em seu livro *The Politics of Woman Killing*, publicado em 1992, em Nova York. No Brasil os movimentos feministas já utilizavam a terminologia para fazer visível o crime doloso de mulheres, até que finalmente em 2015, a Presidente Dilma Rousseff sancionou a LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015, que torna o feminicídio crime hediondo.<sup>2</sup> O projeto foi elaborado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher.

Segundo Teles e Melo,<sup>3</sup> “o feminicídio ocorre quando seu agente considera que não há mais como controlar a mulher em seu todo, tanto o corpo como seus desejos, pensamentos e sentimentos”.

Gebrim e Borges citam Lacerda, ao considerar que “o feminicídio não é apenas uma violência exercida por homens contra mulheres, mas por homens em posição de supremacia social, sexual, jurídica, econômica, política, ideológica, e de todo tipo, sobre mulheres em condições de desigualdade, de subordinação, de exploração ou de opressão, e com a particularidade da exclusão”. (Idem citação 1).

Realizamos uma pequena pesquisa com 30 mulheres acompanhadas pela Pastoral da Mulher de BH. A pesquisa aconteceu de forma aleatória, através de um pequeno questionário, cujo objeti-

vo foi detectar se já sofreram ou sofrem violência pelo fato de “serem mulheres” e por “trabalharem na prostituição”. Segue o resultado da pesquisa que não tem o objetivo de generalizar, porém podemos perceber as características anteriormente descritas e que de alguma forma já apreendemos.

ou afetividade (amigo ou amiga que more na mesma casa)”.

De acordo com as amostras, a maiorias das entrevistadas já



Os gráficos acima (Idade e Escolaridade) dizem respeito ao perfil das 30 mulheres que participaram da entrevista sobre violência. Proporcionalmente eles equivalem ao perfil das 218 mulheres acolhidas na Pastoral no período de janeiro a setembro de 2015.

No tocante a escolaridade das entrevistadas, as amostras referentes a ensino fundamental equivalem ao antigo primário (1ª a 4ª série primária e 5ª a 8ª fundamental). Contatamos também que a maioria não completou o ensino fundamental ou médio.

sofrido violência pela condição de ser mulher, 70% das entrevistadas afirmaram que sim. O grupo de questões (Violência pela condição de ser Mulher, Tipos de violência pela condição de ser Mulher e Agressor pela condição de ser Mulher) consideraram a vida da mulher no sentido mais amplo, aqui não tivemos a intenção de constar a violência sofrida no âmbito prostitucional, o que será abordado no próximo grupo de questões. Importante elencar que o agressor ou violador dos direitos da mulher pela condição de ser mulher se encontra no âmbito privado, familiar, o que caracteriza Violência Doméstica<sup>4</sup>: “ato de violência que envolve as pessoas com algum vínculo de afetividade ou aproximação. Geralmente ocorre em casa, no ambiente doméstico, ou em uma relação de familiaridade, afetividade ou coabitação” (Teles), ou Violência Familiar<sup>5</sup>: “ocorre dentro da família, ou seja, nas relações entre os membros da comunidade familiar, formada por vínculos de parentesco natural (pai, mãe, filha etc.) ou civil (marido, sogra, padasto ou outros), por afinidade (por exemplo, o primo ou tio do marido)

sofreram ou sofrem cotidianamente algum tipo de violência na prostituição. Se pelo fato de pertencer ao sexo feminino a mulher acaba sendo alvo de violência das mais variadas, no exercício prostitucional esse quadro de violência se agrava quando somado ao estigma que a prostituta sofre ao ser considerada transgressora dos “valores” que pesa sobre a pessoa da Mulher. Dessa forma o estigma social à prostituta acaba sendo um caminho para o auto-estigma ou “profecia cumprida”, processo que a mulher introjeta a ação violenta do meio social e passa a viver um processo de “auto-julgamento, auto-condenação e auto-flagelação, o que confirma e antecipa o fracasso pessoal, reafirmando o estigma social” (Leticia Lans)<sup>6</sup>.





A violência ou feminicídio de mulheres que exercem a prostituição muitas vezes é considerada violência compensatória pela atividade exercida. Exemplo disso foi o caso Elisa Samúdio, que ao ganhar visibilidade social através dos meios de comunicação, além de despertar o repúdio pela barbaridade do crime, também suscitou frases do tipo: “mas ela era prostituta”, ou “Mas ela não era santa”.

Não são raros os casos de assassinatos de mulheres nos hotéis de prostituição do Hiper Centro de Belo Horizonte. As informações veiculadas nos jornais ou pela mídia acabam sendo uma justificativa fundamentada em comentários e não em investigações. Nesses casos, escutamos as frases típicas: “morreu de overdose”; “era usuária de drogas”; “tinha envolvimento com o tráfico de drogas”. Assim a violência passa a ser legitimada e a vítima revitimizada. Segue um depoimento de uma trabalhadora do sexo

“tem certos hotéis que para economizar deixam nas portas dos quartos trameças velhas que costumam abrir quando precisamos nos defender de clientes violentos. Houve um dia que até o segurança abrir a porta, a hospede já estava sendo socada até a morte por um cliente. O segurança não queria arrombar a porta recém-pintada. No corredor todas nós ouvíamos ela gritar. daria tempo de salvá-la, mas ela morreu ali mesmo no quarto. Foi um terror! (V.L.T)

A violência sexual na prostituição acaba sendo motivo de deboche, inclusive quando a mulher procura a delegacia para denunciar. Há negligência dos representantes

## ***A violência sexual na prostituição acaba sendo motivo de deboche, inclusive quando a mulher procura a delegacia para denunciar.***

do Estado nos casos de violência contra a mulher e mais ainda quando se trata da categoria de trabalhadoras do sexo. Esse descaso cometido pelo poder público é caracterizado como violência Institucional.

Avanços importantíssimos aconteceram ao longo da história e continuam acontecendo em se tratando do reconhecimento da luta e conquista dos direitos humanos para as mulheres. Bom seria se a humanidade pudesse compreender que ao falar em Direitos Humanos estaríamos falando de direitos para todo ser humano, o que pouparia o fato de produções demais leis para reivindicar os direitos das mulheres num contexto onde direitos para os

homens não são considerados direitos para as mulheres. Isso sem desconsiderar as especificidades inerentes a cada grupo humano, é claro. Enfrentar a violência contra a mulher pede de cada um/a um compromisso social que diz respeito à Sociedade em geral ao Estado. Como ressalta Teles e Melo “é verdade que entre a lei e a vida há um fosso. E mais difícil que mudar a lei é mudar as mentalidades”. (Melo)

Precisamos trilhar um caminho de desnaturalização da violência, seja ela contra qualquer ser humano, mulher ou homem. Sabemos que o círculo vicioso da violência acometida a mulheres somam-se também a outras categorias da vida social perpassadas por relações de desigualdades.

No processo de desconstrução dos estereótipos de gênero e da ideologia patriarcal/machista dominante, nossa luta deve ser contra um sistema opressor e perverso que violenta o ser humano mulher e homem. Apesar de, ao homem ser reservado o papel de “dominador” nesse sistema, uma atitude madura e acertada se apresenta quando consideramos que ele também é vítima dessa cultura perversa. Com isso não queremos justificar seus atos de violências, mas trazer para o debate de forma holística a possibilidade de sanar um problema humano e social que vivemos. Como destaca Silva<sup>7</sup>, nosso trabalho na luta para coibir a violência contra a mulher deve, incluir nesse processo o homem, agressor ou não, com o objetivo de provocar “rachaduras no sistema patriarcal” ainda vigente.

1 Luciana Maibashi Gebrim e Paulo César Corrêa Borges. Violência de gênero: Tipificar ou não o feminicídio/femicídio? Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/503037/001011302.pdf?sequence=1>;

2 Lei do Feminicídio: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm);

3 Maria Amélia de Almeida Teles e Mônica de Melo: O que é Violência contra a Mulher. São Paulo: Brasiliense, 2003 – (Coleção Primeiros Passos – 314);

4 Maria Amélia de Almeida Teles: O que são Direitos Humanos das Mulheres. São Paulo: Brasiliense, 2007 – (Coleção Primeiros Passos – 321);

5 Guia para jornalistas sobre gênero, raça e etnia: [http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2013/01/guia\\_jornalistas.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2013/01/guia_jornalistas.pdf);

6 Letícia Lanz: [Estigma, Auto-estigma e Invisibilidade Social dos Crossdressers. Disponível em: http://www.leticialanz.org/estigma-auto-estigma-e-invisibilidade-social-dos-crossdressers-13-10-2011/](http://www.leticialanz.org/estigma-auto-estigma-e-invisibilidade-social-dos-crossdressers-13-10-2011/);

7 Carla da Silva: A DESIGUALDADE IMPOSTA PELOS PAPEIS DE HOMEM E MULHER: UMA POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO. Disponível em: [http://www.unifa.edu.br/projetorevista/artigos/direito/20121/desigualdade\\_imposta.pdf](http://www.unifa.edu.br/projetorevista/artigos/direito/20121/desigualdade_imposta.pdf);

Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil <http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>

# BASTA# NI UNA MENOS

## Femicidios: Cuando la vida no vale nada

Por Noelia Ramirez, osr.  
Argentina

“Basura, miro en tu mente y veo basura...” – Enciendo la radio y pienso:

-¡Qué bueno, música del recuerdo! – y aumento el volumen.

Mi mente viaja hasta la década del 90, llena de recuerdos: “...Y ahora, miro tus ojos y ansío la hora...” Y me encuentro terminando la frase:

-¡De que en el cielo aparezca la aurora y ya no estés más! – Y en mi mente sigo tarareando la melodía.

\*\*\*

De los 90 hasta hoy pasaron 25 años, pero esta historia es mucho más antigua y parece nunca pasar de moda. Según el Observatorio de La Casa del Encuentro en 2014 registró 277 femicidios. Muchas de estas mujeres asesinadas terminaron arrojadas a la “basura”.

Por mucho tiempo me encontré denunciando la cosificación de las mujeres, el que seamos tratadas como objetos. Hemos sido y somos tratadas como objeto de deseo, objeto de cambio, objeto de consumo, objeto de servicios. En todos estos casos, la mujer tiene valor como objeto en tanto su utilidad.

¿Pero qué pasa cuando algo no sirve o no tiene valor?: se tira a la “basura”.

El asesinato de mujeres sigue en aumento, no importa la edad o la raza, no importa la clase social (¿se acuerdan de María Belsunce o de Nora Dalmasso?) y parece que tampoco importa cuántas denuncias por violencia hayas hecho en la comisaría o que tengas el botón anti pánico. Nada parece detener esta violencia desmedida.



Lamentablemente no me refiero solo a la violencia ejercida por los asesinos. Los femicidios siguen en aumento por la negligencia de la policía, las leyes injustas, la complicidad de los jueces y una sociedad que consciente o inconscientemente piensa que “algo habrá hecho” para merecer esto (basta con escuchar las intervenciones de Mirtha Legrand) Y esto también es violencia.

\*\*\*

Escucho la radio y las canciones que sin pensar las repetimos o bailamos y siento escalofrío... ¿Hasta dónde la cultura patriarcal está naturalizada que no nos damos cuenta que está impregnada en nuestros cuerpos?

Hoy las mujeres tenemos la obligación de solidarizarnos con “nuestra especie”. Como mujer cristiana milito por la vida digna, por la “Vida en Abundancia” de todas las mujeres de hoy y de siempre. ¿Pero dónde queda el valor de la vida de las mujeres en una sociedad patriarcal? Pasando por el sacrificio de las vírgenes, las brujas quemadas en la inquisición,

llegando hasta las noticias que vemos, leemos o escuchamos todos los días en los medios de comunicación: este es el “genocidio” más largo de la historia.

A la “basura” van los desechos, lo que no tiene valor. A veces no hay contenedores o basureros oficiales, entonces se hace un pozo y se la entierra... ¿Cuánto vale la vida de una mujer?

El valor se refleja en los cuidados, en la defensa de derechos, en la palabra escuchada, en el respeto.

Por eso hoy salimos a la calle: madres, hijas y abuelas, tías y vecinas, mujeres y varones que nos manifestamos a favor del valor de la vida y decimos:

**BASTA#Ni una Menos.**

Nuestro mensaje es claro y emitido con fuerza, pero ¿Habrán receptores? Y no quiero mirar solo a los “representantes del pueblo”. La “basura” es algo cotidiano, todos los días generamos desechos, por eso me pregunto: ¿Y por casa cómo andamos?



# 01 de Dezembro

## Dia Internacional da Luta contra a AIDS



Por Rosilene Costa (Assistente Social)  
Projeto Antonia - SP

Percebe-se que após três décadas do aparecimento do HIV/AIDS<sup>1</sup> ainda existem pessoas que não se sensibilizaram sobre a realidade do contágio por Doenças Sexualmente Transmissíveis, em especial esse vírus que tem em seu contexto histórico muitas vidas terminadas pelas doenças oportunistas causadas quando o HIV/AIDS se instaura e multiplica-se no organismo da pessoa infectada levando-o à morte.

Nesse sentido, foi criado “O Dia Mundial de Luta contra a AIDS”. Desde 01 de dezembro de 1987 a data vem sendo celebrada em vários países. No Brasil passou a ser comemorada a partir de 01/12/1988, por ocasião do Encontro Mundial de Ministros de Saúde que ocorreu em Londres e contou com representação de 140 países. O dia foi instituído como forma de despertar a consciência da necessidade da prevenção, aumentar a compreensão sobre a pandemia e promover análises da sociedade e órgãos públicos sobre a doença. As estatísticas advertem sobre o aumento expressivo e preocupante de casos de mulheres contaminadas, inclusive no Brasil, fato que levou o Governo a lançar o Plano<sup>2</sup> de enfrentamento da Feminização da AIDS e outras DST's.

Um estudo<sup>3</sup> realizado pela Se-

cretaria Municipal de Saúde da cidade de São Paulo apontou que 38% das pessoas em idade de 15 a 65 anos iniciaram sua vida sexual aos 15 anos de idade. Denominado “Conhecimentos, Atitudes e Práticas na População do Município de São Paulo, por meio do Programa Municipal de DST e Aids, a pesquisa revela que 97% das 4.138 pessoas entrevistadas admitiram que o preservativo é a melhor forma de cuidado contra a infecção pelo HIV, porém 46% do total não usaram preservativos no último ano. O trabalho visa oferecer possibilidades para o enfrentamento dessas epidemias.

Outro dado importante da pesquisa foi que 35% dos entrevistados já realizaram pelo menos uma vez o teste de detecção do HIV, ainda que o exame esteja amplamente disponível na rede pública. Além do mais, 54% das pessoas sabem onde realizar o exame gratuito. Com base nessas informações foi criado um aplicativo “Tá na Mão”, que disponibiliza um guia interativo com sugestões e serviços pertinentes às DST/AIDS. Um dos papéis do aplicativo é disseminar onde é possível fazer exames e tratamentos do município. A iniciativa é relevante porque o diagnóstico precoce do HIV e o princípio rápido do tratamento aumentam a probabi-

lidade e qualidade de vida dos infectados, além de atenuar a difusão do vírus.

Segundo Eliana Gutierrez (coordenadora do Programa Municipal de DST/AIDS), o que chama a atenção é o desconhecimento das pessoas sobre a concessão do teste gratuito nos equipamentos de saúde. “Temos muito que avançar em relação à divulgação e a ampliação da cobertura dos nossos serviços”, assegurou.

Embora na atualidade grande parcela da população tenha conhecimento sobre as diversas formas de transmissão do vírus e tenham a informação que não existem grupos e sim práticas de risco, sabe-se que há muito pre-conceito envolvendo as pessoas que vivem e convivem com HIV/AIDS. Sendo assim, dia 01 de dezembro funciona como uma forma de diminuir a discriminação e de quebrar muitas concepções erradas sobre a Aids.<sup>4</sup>

Referência  
SANTOS, Vanessa Sardinha Dos. "01 de Dezembro — Dia Mundial de Luta Contra a Aids"; Brasil Escola. Disponível em [www.brasilecola.com/datas-comemorativas/dia-mundial-prevencao-contra-aids](http://www.brasilecola.com/datas-comemorativas/dia-mundial-prevencao-contra-aids). Acesso em 06/11/2015

1 HIV é a sigla em inglês do vírus da imunodeficiência humana. Causador da aids, ataca o sistema imunológico, responsável por defender o organismo de doenças. As células mais atingidas são os linfócitos T CD4+. E é alterando o DNA dessa célula que o HIV faz cópias de si mesmo. Depois de se multiplicar, rompe os linfócitos em busca de outros para continuar a infecção ([www.aids.gov.br](http://www.aids.gov.br)).

2 Site consultado: [www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/41/FOLDER.16DIAS.pdf](http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/41/FOLDER.16DIAS.pdf)

3 Site consultado: [www.capital.sp.gov.br.gov/portal/noticias/5716](http://www.capital.sp.gov.br.gov/portal/noticias/5716)

4 O laço vermelho passou a ser usado como símbolo dessa luta a partir de 1991. Ele foi criado pela Visual Aids como uma forma de homenagear todas as pessoas que sofrem e morrem em decorrência da doença, por Ma. Vanessa dos Santos.



# CAMPANHA “LAÇO BRANCO”

Por José Manuel Uriol

Pastoral da Mulher de BH

Esta campanha pretende sensibilizar e mobilizar os homens no engajamento pelo fim da violência contra a mulher. Suas atividades são realizadas em concordância com as ações dos grupos organizados de mulheres e de outras representações sociais que promovem a equidade de gênero, através de ações em saúde, educação, trabalho, ação social, justiça, segurança pública e direitos humanos.

## Historia

No dia 6 de dezembro de 1989, um jovem de 25 anos (Marc Lepine) entrou armado na sala de aula da Escola Politécnica, na cidade de Montreal, Canadá. Ele ordenou que os homens (aproximadamente 48) se retirassem da sala, permanecendo somente as mulheres. Gritando: “você são todas feministas!?”, esse homem começou a atirar enfurecidamente e assassinou 14 mulheres, à queima roupa. Em seguida, suicidou-se. O rapaz deixou uma carta na qual afirmava que havia feito aquilo porque não suportava a idéia de ver mulheres estudando engenharia, um curso tradicionalmente dirigido ao público masculino.

O crime mobilizou a opinião pública de todo o país, gerando amplo debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres e a violência gerada por esse desequilíbrio social. Assim, um grupo de homens do Canadá decidiu se organizar para dizer que existem homens que cometem a violência contra a mulher, mas existem também aqueles que repudiam essa atitude. Eles elegeram o laço branco como símbolo e adotaram como lema: jamais cometer um ato violento contra as mulheres e não fechar os olhos frente a essa violência.

O dia 6 de dezembro foi esco-

lhi  
do

para que a morte daquelas mulheres (e o machismo que a gerou) não fosse esquecida. A Campanha do Laço Branco hoje está presente em todos os continentes e em mais de 55 países, sendo apontada pela ONU como a maior iniciativa mundial voltada para o envolvimento dos homens com a temática da violência contra a mulher.

## A importância do compromisso dos homens nesta batalha

O compromisso dos homens a não agredir às mulheres e denunciar àqueles que o façam é importante, mas insuficiente, porque nós enfrentamos um problema que têm suas raízes na cultura, na educação e na vida cotidiana. É preciso um esforço que promova nos homens uma mudança pessoal e coletiva mais profunda, abandonando a educação patriarcal e difundindo a idéia de que a violência de gênero é uma violência masculina que devemos repudiar, eliminando todos os comportamentos machistas ou micro-machistas nos quais caímos com frequência.

Acabar com a violência contra as mulheres nos obriga a escutá-las para saber qual é o nosso grau de responsabilidade pessoal no seu sofrimento. Não se trata de ver apenas as expressões extremas da violência, mas de nos policiar para identificar as formas mais sutis da mesma no lar, no trabalho, ou na rua,

e nos opor a ela, começando por evitar a linguagem sexista e as piadas machistas. Ao mesmo tempo devemos nos examinar para conferir quantos dos nossos comportamentos reproduzem formas de abuso e dominação. Temos que nos acostumar a tratar às mulheres como iguais e, portanto, como pessoas capazes de gerir suas vidas, sem interferir nas suas decisões e sem deixar de ser solidários com suas reivindicações.

É necessário assumir a parte da carga que nos corresponde numa distribuição equitativa com as mulheres, abandonando o tempo de relações sociais e de trabalho remunerado que seja preciso para dispor e horas que nos permitam conciliar estas atividades com o lar e a família.

Devemos lembrar também que nós país somos o modelo mais convincente, aos olhos de nossos filhos e filhas, sobre como são os homens nas relações de casal.

Em resumo, deveríamos nos reunir com outros homens para refletir sobre a influência da educação masculina em nossos comportamentos, entender como podemos modificá-los e rever o que podemos fazer em nossa casa, lugar de trabalho, escola, associação, etc., para contribuir a eliminar a violência contra as mulheres e participar da construção de uma sociedade mais igualitária.



NÃO PERMITA  
QUE A VIOLÊNCIA  
TIRE A COR DA  
SUA VIDA.

**25 Novembro**  
Dia Internacional  
de Luta Contra a  
Violência à Mulher



Faça parte desta luta.



## EXPEDIENTE



Instituto das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor



Textos: **Referências Unidades Oblatas**  
Projeto Gráfico e Diagramação:  
**Mário Pires Marketing Comunicativo**  
(Assessoria de Comunicação do IOSR)

A reprodução total ou parcial de conteúdos desta publicação só será permitida com autorização do Instituto das Irmãs Oblatas e que os créditos sejam atribuídos aos seus respectivos(as) autores(as). Todos os Direitos são Reservados.



Rua Raul de Queiroz, 110  
- Alagadico - Juazeiro/BA  
- CEP: 48.904-130  
(74) 3611.0699  
pmmjua@oblatas.org.br



Av. Santos Dumont, 644,  
sala 327 - Gaicurus -  
Belo Horizonte BH  
CEP: 30.111-040  
(31) 3272.7349  
apmbh@yahoo.com.br



Rua Saldanha da Gama, 19  
1º Andar - Pelourinho -  
Salvador/BA  
CEP: 40.020-250  
(71) 3322.5432  
secretariapff@oblatas.org.br



Rua Cerqueira César, 96,  
Salas 1 e 2 - Santo Amaro  
São Paulo/SP  
CEP: 04.750-080  
(11) 5524.1576  
p.antoniam@oblatas.org.br



Humberto Primo 1244/48  
CP 1103 - Buenos Aires - Argentina  
(5411) 4303.6510 / 4304.3644  
puertaabiartarecreando@yahoo.com.ar



Calle Juan José de Amézaga,  
1706 - Barrio Vila Muñoz  
Montevideo - Uruguay  
Tel: (00598) 2208.7760  
098855579  
casabiertoaruguay@gmail.com



Centro Madre Antonia  
Jazmin, 7258 - Las Flores  
Rosario 2000 - Santa Fe  
Argentina



La Casita  
Trabajo de Campo Schonthal  
Nazca 555, Las Flores  
Buenos Aires - Argentina  
tchonthal@gmail.com



Centro Social Renascar  
Rua Cerveira Pereira, 23  
Lobito - Benguela (Angola)  
Tel.: (244) 924.310.166